

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-277-7

DOI 10.22533/at.ed.777192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

O livro faz parte da publicação em três volumes na qual reúne trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades de diversas regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados. Por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil.

Meu primeiro desafio é em relação à escolha do discurso que irei adotar para tratar sobre o tema deste livro, já que a comunicação não pode ficar dúbia, tampouco simplória ou demasiadamente complexa, independentemente de quem venha a ser o interlocutor, seja filósofo, educador, mestre ou aluno.

Neste processo que aqui início, permito-me devanear sobre a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós na área das ciências humanas?

Contudo, como reconheceu Foucault, o começo de qualquer discurso é angustiante. Ele, que tratou o tema com seriedade e rigor, confessou o peso do início do discurso em sua aula inaugural no Collège de France, e em sua fragilidade humana, confessou: “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível” (p. 5).

Escrever é como falar: uma captação de palavras, a busca, com a obstinação de um arqueólogo, pelas mais apropriadas para dar forma ao pensamento. Percebo que a língua é uma matéria-prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor ao confronto com a própria solidão, o embate com lacunas de algo que poderia estar ali e que, por isso mesmo, pode levar à confusão.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento. Quase sempre nos referimos à construção de saberes sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos, essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever, e por consequência, cada vez mais nos mantemos em solidão. E assim corremos o risco de nos afastarmos do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas e em nossas casas e classes, tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns podem apontar que a fala de alguém não escolarizado compartilha e participa de uma produção carente, grosseira, desdenhativa, de senso comum. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários das pessoas para entender a vida, é uma configuração legítima e qualificada de conhecimento. Todavia, alguém poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas, e estamos aqui falando de sistemas de verdades produzidos pelas ciências humanas, não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades”. Nesse “esclarecimento”, torna-se explícita a notória divisão entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento das experiências de vida dos personagens que pretendemos pesquisar se evidencia diante das fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo e a ameaça de sofrermos agressões desse mundo que nos parece exterior nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial, e assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin

Parece que estamos sempre no limite com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto concluído, nas diversas formas de registro, para recomeçarmos o mesmo ciclo logo em seguida. Estamos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida. Se isto por si só não fosse suficiente, acabamos nos tornando “pessoas-produtos” por conta da constante avaliação em relação ao que produzimos. O próprio jogo institucional nos classifica como pesquisadores melhores ou piores, medianos ou brilhantes, e nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a nos enxergar sob a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos, assim, vaidosamente uns dos outros, como se estivéssemos ofuscados por um enclausuramento defensivo.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e analisamos sua natureza em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas, codificadas em livros e artigos que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos nos manter intactos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, neste período histórico, isso a que chamamos de *estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, uma escola

inclusiva, oposta àquela em que nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissíveis entre si.

Uma questão que me desanima é a seguinte: afinal, o que estamos fazendo com o cuidado de si a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998), “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (p.13).

O retorno transformador do conhecimento para aquele que o detém deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar separado do processo de produção do conhecimento enquanto tal, conforme pondera Foucault:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? [...] O “ensaio” [...] é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento (FOUCAULT, 1998, p. 13).

Foucault nos convida a filosofar como um exercício de (re)escrita de si, por meio de

práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998).

A importância das ciências humanas para a produção de conhecimento, no entanto, não se resume somente à área da educação, mas abrange a nós como um todo, já que habitamos os espaços nos quais, institucionalmente, conferimos materialidade às faculdades de educação. Todavia, coloquei-me como membro desta e escrevo como parte dela. Portanto, faço parte do jogo que pretendi desnudar.

E ainda perseguindo a ideia de que nossa produção por vezes se torna uma compulsão, que não nos permite ter tempo para nos deleitarmos com o que produzimos, tento pensar como sair efetivamente desse impasse.

Em certas circunstâncias, creio que nos iludimos ao pensar que, quanto mais aprendemos, mais teoricamente afinados ficamos e mais temos a ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que de fato ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, é um desejo semelhante ao movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora, mas que pode ser praticada no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno, em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E que talvez não seja possível estabelecer como e de que maneira o atende.

O que sabemos é o ponto de partida da nossa oferta, e não a satisfação da demanda daquele que busca conhecimento.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações de época em época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas maneiras particulares de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que é válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo determinado pela situação.

Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação, inicialmente abordaremos o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin, de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica para acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLIFARMÁCIA NO IDOSO: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DAS IATROGENIAS	
Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves Samara Maria de Jesus Veras Maria Aparecida de Souza Silva Rebeca Cavalcanti Leal Cynthia Roberta Dias Torres Silva Ana Karine Laranjeira de Sá Valdirene Pereira da Silva Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7771924041	
CAPÍTULO 2	8
PRAZER E SOFRIMENTO DOCENTE NA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA: UMA REVISÃO TEÓRICA NA PERSPECTIVA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	
Chancarlyne Vivian Letícia de Lima Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.7771924042	
CAPÍTULO 3	19
RELAÇÃO ENTRE A ESCOLARIDADE E A COGNIÇÃO EM PESSOAS IDOSAS DO DEPARTAMENTO DO IDOSO DA FUNDAÇÃO PROAMOR DE PONTA GROSSA-PR, BRASIL	
Fabio Ricardo Hilgenberg Gomes Gislaine Cristina Vagetti Aline Bichels Luana Suemi Fujita Cinthia Fernanda da Fonseca Silva Valdomiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7771924043	
CAPÍTULO 4	32
RELATO COM A PRÁTICA DE ENSINO ATRAVÉS DO ESTAGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Edison Vieira Gonçalves Junior Diego Paschoal de Senna	
DOI 10.22533/at.ed.7771924044	
CAPÍTULO 5	41
RESILIÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS: PERCURSOS	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7771924045	
CAPÍTULO 6	51
SOBRE O SUICÍDIO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE KARL MARX	
Érika de Freitas Arvelos, Tayná Bonfim Mazzei Mazza	
DOI 10.22533/at.ed.7771924046	

CAPÍTULO 7	65
TAMBORIL: LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO, PARÂMETROS AMBIENTAIS E PRIMEIROS DADOS ARQUEOMÉTRICOS	
Sônia Maria Campelo Magalhães Ennyo Lurrik Sousa da Silva Heralda Kelis Sousa Bezerra da Silva Luis Carlos Duarte Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.7771924047	
CAPÍTULO 8	81
TRABALHO E DEVOÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DA CAPELA DE SÃO JOÃO MARIA EM COCHINHOS, IRATI-PR, DÉCADA DE 1960	
Victor Huggo Lopes do Amaral Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7771924048	
CAPÍTULO 9	95
TRABALHO E ESCOLA: RELAÇÕES QUE PERMEIAM A ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO	
Andreia Tavares Angela Maria Corso	
DOI 10.22533/at.ed.7771924049	
CAPÍTULO 10	109
TRABALHO, APOSENTADORIA E LAZER COMO HABITUS SEGUNDO IDOSOS QUE FREQUENTAM A ASSOCIAÇÃO BANESTADO EM PONTAL DO PARANÁ-PR	
Carla Roseane de Sales Camargo Rita de Cássia da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.77719240410	
CAPÍTULO 11	120
TRANSPORTE COLETIVO: LUGAR DE DESEJOS E CONTRADIÇÕES NA CAPITAL PIAUIENSE (DÉCADA DE 1970)	
Cláudia Cristina Da Silva Fontineles Allan Ricelli Rodrigues De Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.77719240411	
CAPÍTULO 12	134
UM DEBATE AINDA NECESSÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO E AÇÃO DOS PROFESSORES DE UM COLÉGIO DA REDE ESTADUAL DE PELOTAS-RS NA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	
Letícia Campagnolo Cavalheiro	
DOI 10.22533/at.ed.77719240412	
CAPÍTULO 13	139
UMA ANÁLISE DO OLHAR DOS ALUNOS ACERCA DO USO DE DOCUMENTÁRIOS DO CANAL HISTORY CHANNEL EM AULAS DE HISTÓRIA	
Maria Paula Costa Tainá Raue dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77719240413	

CAPÍTULO 14	143
UNIVERSIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: NOTAS SOBRE UMA INVESTIGAÇÃO COM JOVENS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DAS PERIFERIAS DE GOIÂNIA, LISBOA E MADRID	
Rosane Castilho	
DOI 10.22533/at.ed.77719240414	
CAPÍTULO 15	154
VERDADE, VEROSSIMILHANÇA E PROGRESSO CIENTÍFICO EM POPPER	
Sebastião Maia de Andrade	
Aristides Moreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.77719240415	
CAPÍTULO 16	163
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. MALLET/PR, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Valdinéia Strugala	
Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.77719240416	
CAPÍTULO 17	174
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO ESCOLAR NA UNIVERSIDADE	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.77719240417	
CAPÍTULO 18	185
FILOSOFIA AFRICANA E A LEI 10.639/2003	
Danilo Rodrigues do Nascimento	
Flávia Rodrigues Lima da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.77719240418	
CAPÍTULO 19	194
INFLUÊNCIA DA IDADE NA MEMÓRIA E COGNIÇÃO DE IDOSOS FREQUENTADORES DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIO FÍSICO SUPERVISIONADO	
Bianca Yumie Eto	
Giovana Gomes dos Santos	
Maria Carolina Rodrigues Salini	
Regina Celi Trindade Camargo	
Claudia Regina Sgobbi de Faria	
Franciele Marques Vanderlei	
Laís Manata Vanzella	
DOI 10.22533/at.ed.77719240419	
CAPÍTULO 20	205
NORMALIDADE E DIFERENÇA: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Akeslayne Maria de Camargo	
Iris Clemente de Oliveira Bellato	
Louise Gomes de Pinho	
Emília Carvalho Leitão Biato	
Barbara E. B. Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.77719240420	
SOBRE A ORGANIZADORA	219

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. MALLET/PR, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Valdinéia Strugala

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati-PR

Valter Martins

Universidade Estadual do Centro-Oeste/
UNICENTRO - DEHIS, Irati-PR

RESUMO: Esta pesquisa analisa aspectos da violência às quais mulheres do município de Mallet/PR estavam submetidas na primeira metade do século XX. Utilizamos como fonte processos criminais sob a guarda do CEDOC/I (Centro de Documentação e Memória) da UNICENTRO, campus de Irati/PR. As formas de violência observadas variavam: de calúnias até homicídios, ocorrendo principalmente no espaço das relações domésticas. Embora o estudo remeta a ocorrências de décadas atrás, essa forma de violência ainda é atual. Diariamente, mulheres são vitimadas por homens que deveriam cuidar de seu bem estar físico e emocional. Após anos de agressões e impunidade, leis como a de nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Maria Da Penha, “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, ampliando o sentido de violência doméstica uma vez que, durante muito tempo, significou apenas a violência física evidenciada por feridas e hematomas. Atualmente, além dos

aspectos físicos, a violência contra a mulher compreende também a violência psicológica, sexual, moral e patrimonial. Portanto, tudo o que possa ferir sua integridade como pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Processos Criminais; Violência; Mallet/PR.

ABSTRACT: This research aims to analyze aspects of violence against women from Mallet /PR/Brazil, during the first half of 20th century. We use as source criminal processes, under the custody of CEDOC/I (Documentation and Memory Center) of UNICENTRO, campus of Irati/PR. The forms of violence observed varied from slanders to homicides occurring mainly in the space of domestic relations. Although the study refers to data collected decades ago, this form of violence is still current. Every day, women are victimized by men who should take care of their physical and emotional well-being. After years of aggression and impunity, laws like No. 11.340 of August 7, 2006, known as Maria Da Penha, “creates mechanisms to restrain and prevent domestic and family violence against women,” expanding the sense of domestic violence. During a long time, it meant only the physical violence evidenced by wounds and bruises. Currently, in addition to the physical aspects, the violence against women enhance psychological, sexual, moral and property violence, therefore, anything that could hurt the

integrity of the person.

KEYWORDS: Women; Crime cases; Violence; Mallet / PR.

1 | INTRODUÇÃO

Uma sociedade marcada pelo patriarcalismo desde os tempos coloniais, além da forte influência da igreja católica nos costumes e relações familiares, contribuiu para que seu conservadorismo relegasse as mulheres a um papel de submissão, valorizando em demasia o masculino em detrimento do feminino.

Considerado por muito tempo como sexo frágil, resultando em uma atuação restrita ao âmbito privado, é possível notar desde a antiguidade clássica, na descrição de Aristóteles cerca de 300 a.C. que:

“Em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção” [...] “Quanto ao sexo, a diferença é indelével: qualquer que seja a idade da mulher, o homem deve conservar sua superioridade (ARISTÓTELES, 1991, p. 13; 29)

Percebemos como a cultura ocidental usava argumentos para legitimar e justificar a superioridade dos homens em relação às mulheres. Porém, é um erro considerar essa prática restrita a um passado longínquo, pois está mais presente nos dias atuais do que podemos imaginar.

SILVA (1977, p. 433) aborda como vivia a mulher casada no período até meados da primeira década do século XIX:

(...) a mulher devia obediência ao marido; os filhos deviam obediência ao pai de preferência à mãe; o marido e pai não podiam eximir-se de pagar o sustento da família, fossem quais fossem as suas razões para querer se separar dela. A conduta da mulher obedecia a um controle muito rígido: bastavam umas saídas a passeio para que fosse dada como “perdida”, ao passo que a conduta do marido era sempre encarada com benevolência, fosse ele briguento, bêbado ou amancebado. O recolhimento era a pena com que os poderes públicos puniam a má conduta das mulheres (SILVA, 1977, p. 433).

Se atualmente a disputa entre homens e mulheres no mercado de trabalho é uma realidade, isso nem sempre foi assim. As diferentes formas de violência contidas nos documentos pesquisados revelam apenas uma ínfima parte das mulheres que sofreram violências durante a primeira metade do século XX na região de Mallet, no Paraná. Como é comum ocorrer nesses casos, muitas denúncias nunca chegaram ao conhecimento da polícia por ocorrerem no âmbito familiar e pelo medo de uma violência ainda maior por parte dos companheiros.

Os processos compulsados revelaram que os autores das violências procuravam justificá-las alegando razões de amor, honra ou que estavam fora de si devido à bebida. Por meio dos processos criminais foi possível conhecer melhor a violência sofrida pelas mulheres na região de Mallet/PR na primeira metade do século XX, uma região marcada pela imigração eslava e pela economia agrícola, possibilitando refletir sobre o presente no qual essa violência ainda persiste.

2 | OBJETIVOS

Esta pesquisa teve como objetivo apreender formas de violência sofridas pelas mulheres no município de Mallet na primeira metade do século XX. A pesquisa buscou evidenciar um antigo problema social presente naquela sociedade rural e marcada pela religiosidade católica. Foi possível observar mulheres ocupando posição subalternas, restritas às esferas privadas de atuação. Tal contexto contribuiu para conformar uma sociedade que via como “natural” o homem agir com agressividade, na maioria das vezes, contra sua própria esposa ou outras mulheres lançando mão de subterfúgios como a defesa da honra. Assim, muitas atitudes passaram a ser consideradas como biologicamente construídas. Notamos como muitas mulheres foram vítimas de violência dentro de suas próprias casas, cometidas por seus maridos, familiares ou conhecidos. Violências essas que assumiam diferentes formas, mesmo que, em princípio, homens e mulheres tivessem os mesmos direitos e deveres. Muitas vezes, isso não garantia uma vida sem violência.

3 | METODOLOGIA

No desenrolar desta pesquisa foram utilizados referenciais metodológicos que aparecem no decorrer do texto. Teles e Melo (2003, p. 11) afirmam que “o drama da violência contra a mulher faz parte do cotidiano das cidades, do país e do mundo”, mostrando que essa é uma realidade que está longe de ser varrida de nossa sociedade, pois os traços culturais dessa dominação masculina ainda estão vivos na consciência de muitos homens que praticam violência contra as mulheres, seja em casa, trabalho e ambientes públicos.

Em meados do século XX a sociedade machista e sexista estava consolidada de forma que a violência vivenciada por muitas mulheres não tivesse maior repercussão. Na prática, era uma violência banalizada e velada, porque impossibilitada de vir a público, pois a configuração social dava o direito ao homem de agir como considerasse correto em caso de desrespeito ou honra ferida.

No final do século XX visualizamos avanços como por exemplo a criação da SPM (Secretaria Especial de Política para Mulheres), que foi um significativo avanço pois o Brasil ocupava o 51 lugar de 56 países que aplicavam política pública de gênero, porém não significando que a mulher estivesse livre de sofrer alguma forma de violência.

Os benefícios conquistados só foram possíveis com a maior atuação feminina na esfera pública ao longo do tempo, possibilitando que várias questões fossem revistas de forma que a mulher cada vez mais avançasse em seus direitos enquanto ser humano. Segundo, segundo Heller (1970):

Ninguém sofre uma opressão tão prolongada ao longo da história como a mulher. Mutiladas em países da África com a supressão do clitóris, censuradas em países islâmicos onde são proibidas de exibir o rosto, subjugadas como escravas e prostitutas em regiões da Ásia, deploradas como filha única por famílias chinesas,

são as mulheres que carregam o maior peso da pobreza que atinge, hoje, 4 dos 6 bilhões de habitantes da Terra. (HELLER, 1970 apud PEDRO, GUEDES, 2010, p.3-4).

Notamos situações nas quais as mulheres estão submetidas em diferentes sociedades e, por diversos motivos, ocupando posições marginais, privadas de direitos e de exercerem seu potencial para levar uma vida plena e segura.

O estupro, por exemplo, é uma das violações mais comuns sofridas pelas mulheres, e muitas vezes passa despercebida pelo fato de ser casada. Dessa forma, um ato sexual forçado não é caracterizado como estupro.

A constituição federal de 1969, ainda apresentava caracteres de uma sociedade machista e excludente onde era dever da mulher, inscrito por lei, prestar serviços sexuais para seu companheiro sempre que ele solicitasse. (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 7).

Alguns avanços podem ser observados com a consolidação dos direitos das mulheres, ainda que de forma bastante lenta. O código civil de 1830 previa o assassinato de mulheres adúlteras como algo legítimo, não havendo então punição para o infrator, porém, o mesmo não se aplicava quando o homem era adúltero. BLAY, 2003 apud Pedro e Guedes (2010, p. 7) afirma que “a legislação de 1916 alterou essa disposição, considerando o adultério como razão de desquite”.

Apenas com a Constituição 1988, atualmente em vigor, “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” Pedro e Guedes (2010, p. 7). Dessa forma, ao menos legalmente, as mulheres passaram a ter os mesmos direitos que os homens perante a lei. Na prática, entretanto, isso está longe de ser efetivo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Constituindo uma sociedade de características conservadoras, especialmente pela marcante presença da igreja católica, o município de Mallet, na região centro sul do Paraná, era palco de diferentes formas de violência às quais as mulheres eram submetidas. Estudos qualitativos realizados por Grossi (1994) apontam para pesquisas realizadas junto às Delegacias da Mulher que apresentam dados alarmantes sobre a questão da violência conjugal, situando o Brasil entre os países que lideram as estatísticas no tocante à violação dos direitos das mulheres. A maioria das queixas envolve lesões corporais praticadas por maridos ou companheiros da vítima. Quando essas mulheres são questionadas sobre os motivos mais frequentes dessas agressões, informam que muitas vezes o agressor está embriagado e começa não somente a ofender a vítima com palavras, mas a agredi-la fisicamente, sem nenhuma razão coerente. Entre outros motivos apontados estão a negação em manter relações sexuais, ciúmes, divergências quanto à educação dos filhos e dificuldades financeiras. Outros tipos de ocorrências envolvem ameaças, agressões, abandono do lar, sequestro, estupro, cárcere privado chegando ao homicídio, nesse caso, feminicídio.

A autora observa que além de serem várias as formas de violência contra as mulheres, elas não ficam restritas a uma determinada classe social, embora sejam mais frequentes, ou evidentes, na população mais carente. A idade das pessoas envolvidas nessas violências varia: desde crianças até pessoas idosas. Para Grossi:

As explicações para este terrível quadro remetem inevitavelmente à situação de desvalorização, subalternidade e exploração das mulheres em uma sociedade visivelmente capitalista e patriarcal. (1994, p. 477)

Ainda de acordo com Miriam Grossi, quando os estudos de Oliveira e Vianna são analisados, fica claro que muitas mulheres foram vítimas de agressões ou até mesmo de morte durante o período de gravidez ou puerpério. A hipótese levantada para tais situações é a de que durante esses períodos parece haver um sentimento de perda de virilidade do homem e/ou não satisfação das necessidades sexuais do mesmo. Por vezes, pelo fato do mesmo levantar dúvidas quanto à paternidade da criança.

Quanto à questão financeira, ocorreu em Mallet um caso em que o marido foi acusado de abandonar a esposa e os filhos para viver com outra mulher, sem prestar qualquer auxílio a eles deixando-os em situação de penúria.

Diferentemente do caso acima, muitas vezes a violência sofrida é considerada um mal menor, devido à vida confortável que o marido ou companheiro pode oferecer, por conta de uma estabilidade financeira.

5 | VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: MALLET/PR

Violência significa: “qualidade ou caráter de violento, do que age com força, ímpeto. Ação violenta, agressiva, que faz uso da força bruta: cometer violências”. Juridicamente: constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, que obriga essa pessoa a fazer o que lhe é imposto: violência física, violência psicológica”. (dicio.com.br/violencia/).

Analisamos seis processos criminais envolvendo violência contra mulheres no município de Mallet/PR, sob a guarda do CEDOC/I.

Apesar do número de processos crime dessa natureza durante a primeira metade do século XX ser grande, provavelmente não representa o número real de mulheres que sofreram violências, uma vez que tais episódios ocorriam comumente no âmbito doméstico, muitas vezes no isolamento de propriedades rurais. Além disso, o fato das agressões envolverem o marido ou familiares contribuiu para que esses eventos ficassem restritos ao plano privado.

Mais que camufladas, muitas dessas violências eram legitimadas em função do contexto social tradicional e rural, fazendo com que muitas mulheres dependentes economicamente de seus parceiros não os denunciassem. Por medo e/ou por uma educação na qual a mulher devia obediência ao marido. Como muitos dos habitantes da região eram imigrantes ou descendentes de imigrantes poloneses e ucranianos, era comum muitos deles não falarem português, o que certamente dificultava a denúncia

na delegacia, que ficava na cidade, distante de muitas comunidades interioranas.

Por questão de privacidade utilizamos neste trabalho apenas as iniciais das pessoas envolvidas, uma vez que em uma cidade pequena os sobrenomes seriam facilmente identificados. O primeiro caso que tratamos é o processo BR.PRUNICENTRO.PB003.1/178.13. Em 4/3/1942 foi denunciado:

E. P., ucraniano, lavrador, casado, 47 anos, morava na Linha Oeste Três em Mallet pelo crime [...] "após ter discutido com a sua mulher M. P., vibrou-lhe diversos socos e ponta pés produzindo-lhe ferimentos nas coxas e no rosto, conforme prova o exame de delito (p. 3).

A agressão física é um dos crimes mais frequentes contra as mulheres. Nesse caso as mesmas puderam ser comprovadas com o exame de corpo de delito. As testemunhas intimadas a depor foram P. M. ucraniana, 44 anos, casada e alfabetizada, J. Z. ucraniano, 41 anos, casado, lavrador e alfabetizado, J. M. ucraniano, 64 anos, casado, lavrador e alfabetizado, todos moradores de Mallet e parentes dos envolvidos. Os depoimentos mostraram que a mulher era uma boa esposa e que seu marido várias vezes chegava em casa embriagado e nesse estado ficava com seu comportamento alterado. Constatou-se que a mulher já havia denunciado o marido pelo mesmo motivo, e que ele já havia sido indiciado por embriaguez, maus tratos à família e por espancar a mulher. Ou seja, não era a primeira vez que a agressão ocorria e o fato da mulher denunciar o marido não mudou a situação.

O acusado teve sua situação agravada após o depoimento de seu filho que corroborou as denúncias de sua mãe. O acusado foi condenado a um ano de detenção com pagamento de indenização por danos.

Algo frequente em casos que envolvem mulheres agredidas é a retirada da denúncia contra o agressor mediante suas promessas de mudança dali por diante. Há situações em que o marido agressor alega não ter outro local para morar fazendo com que vítima e agressor permaneçam na mesma casa. Há situações em que os filhos testemunham as agressões e acabam denunciando o pai agressor. Nesses casos, mesmo sendo homem o filho não percebe tal situação como algo natural.

O segundo processo analisado foi o BR.PRUNICENTRO.PB003.1/179.13, iniciado em 22/6/1932. A vítima foi C. D., tendo como acusado D. D., seu marido. Verificou-se nesse caso que:

A queixosa, casada há uns 47 anos com D. D., lavrador, residente na Serra do Tigre, neste município [Mallet], sempre viveu trabalhando no lote do casal, tendo criado dez filhos, dos quais são vivos ainda sete. (p. 4).

Segundo depoimento de C. D., nos sete anos anteriores ela vinha sofrendo privação de seu marido que não mais a tratava como esposa, sem um motivo aparente. Até que, dessa forma, ela foi expulsa de casa e proibida de voltar sob ameaça com arma de fogo. No tempo em que ficou impedida de voltar para casa permaneceu na residência de sua vizinha. Por várias semanas, sem sucesso, ela tentou a reconciliação.

As testemunhas foram B. S. brasileiro, comerciante, casado e alfabetizado, B.

P. ucraniano, lavrador, casado e analfabetizado, T. S. ucraniana, doméstica, solteira e analfabetizada e T. K. ucraniano, lavrador, casado e alfabetizado. As testemunhas apresentaram depoimentos semelhantes afirmando que o marido sempre bebia e que maltratava sua esposa, esta que era uma pessoa calma. Apenas uma testemunha afirmou que o casal aparentemente vivia bem, informando estar surpreso com os depoimentos informando maus tratos. Ao final desse processo, devido à insuficiência de provas, o mesmo acabou arquivado sem que o marido respondesse pela violência praticada.

Nesse caso notamos que os maus tratos e a violência contra a esposa era uma situação que durava pelo menos sete anos, em um casamento de mais de 40 anos. O alcoolismo aparece como um fator desestabilizador que altera o comportamento do marido. Em outros casos os agressores usam o álcool como justificativa da violência praticada uma vez que o mesmo deixa as pessoas fora de si.

O terceiro processo BR.PRUNICENTRO.PB003.1/181.13 data de 13/3/1942. O acusado era A. S., polonês, casado, de profissão ignorada e idade desconhecida, morava na localidade de Valões, em Porto União/SC. O polonês A. K. foi indiciado porque:

Abandonou a sua família, isto é, o cônjuge e cinco filhos menores de dezoito anos sem motivo que o justifique, não lhes proporcionando os recursos necessários para a sua subsistência apesar de possuir meios para tal, que o denunciado abandonou sua família nesta cidade [Mallet]. (p.2).

A mulher abandonada era A. S., brasileira, casada, 49 anos, doméstica, vivia com três filhos menores em estado de miséria. O relacionamento durou 26 anos. Quando o abandono ocorreu o casal tinha 10 filhos sendo 5 menores. As testemunhas foram J. S. alemão, 34 anos, casado, comerciante, alfabetizado, S. R. ucraniano, 60 anos, casado, padeiro e alfabetizado e F. N. brasileiro, 32 anos, casado, comerciante e alfabetizado. A testemunha J. S. afirmou que fazia seis anos que a mulher havia sido abandonada pelo marido e que vivia com os filhos, era honesta e foi abandonada sem motivo conhecido, vivendo desde então em estado de miséria. A segunda testemunha apresentou depoimento semelhante à primeira e a terceira afirmou que desde que conheceu A. S. ela trabalhava para sustentar seus filhos.

Foi apurado que o marido vivia com outra mulher em outra cidade e que realmente deixou a família. A pena para tal ato era restritiva ou multa, isso porque verificou-se que a mulher ficava com o aluguel de um paiol que ambos possuíam e que sempre lhes mandava alimentos, não procedendo assim, parte de sua denuncia. Além disso, segundo uma testemunha, a mulher trabalhava.

Talvez A. S. não considerasse suficiente a ajuda recebida pelo fato de ainda ter filhos menores. Após 20 anos casados a separação certamente deixou a mulher em dificuldades, sem contar o fato de ser uma mulher abandonada em uma sociedade conservadora e católica. À vítima, muitas vezes, era atribuída à culpa por algo não andar bem no casamento. Ao estabelecer novos laços familiares em outro lugar

havia também a possibilidade da denunciante ter sido movida também por ciúmes ou vingança, por ter sido deixada por outra mulher, além de sua situação econômica pouco confortável. Detalhes a esse respeito, no entanto, não foram encontrados no processo que acabou arquivado.

O quarto caso é o BR.PRUNICENTRO.PB003.1/202.14 de 1/7/1943. O denunciado é N.F.d.A., conhecido como D.V., sem qualificação e residente em Irati. Em 29/3/1943 D. V. atacou, dentro de sua própria casa a senhora A. B. de 80 anos, moradora na Linha Oeste Quatro, em Mallet, com o intuito de praticar atos libidinosos. No momento da agressão o marido da vítima se encontrava em casa. Além de também ser atacado, nada pode fazer para impedir a ação do agressor e evitar a violência contra sua esposa.

As testemunhas convocadas foram J. F. d. P. brasileiro, 38 anos, lavrador e alfabetizado, O. d. P. brasileiro, 28 anos, lavrador e alfabetizado e B. M. brasileiro, 47 anos, lavrador e alfabetizado, parentes da vítima que era polonesa. Ferimentos foram verificados no exame de corpo de delito e o abuso acabou não se consumando, pois os parentes/testemunhas chegaram a tempo e impediram o agressor que acabou capturado, mas conseguiu fugir pulando da carroça na qual era conduzido para a delegacia na cidade. Como não se teve mais notícia do acusado, e tudo indica que a polícia pouco fez para encontrá-lo. O processo foi arquivado e mais uma vez um ato de violência contra uma mulher, nesse caso, uma idosa, ficou impune.

O quinto processo é o de número BR.PRUNICENTRO.PB003.1/223.15 de 3/3/1944. Apresenta a denúncia contra A. S., brasileiro, solteiro, lavrador, 35 anos, analfabeto e residente no Distrito de Paz de Eufrosina (ex Rio Claro) por:

Agredir V. K. e pisou no corpo da mesma por diversas vezes, resultando a mesma sair ferida, em consequência do que ocorreu o aborto e lesão hepática, que a vítima acima citada veio a falecer, conforme prova o auto de exumação e necropsia [...], que o denunciado agrediu a vítima V. K. por motivos fúteis. (p. 2).

As testemunhas foram P. W. polonês, 63 anos e analfabeto, C. K. polonesa, solteira, 73 anos e analfabeta, C. S. polonês, 55 anos, carpinteiro e alfabetizado, C. H. brasileiro, 27 anos, casado e alfabetizado e A. K. brasileiro, 29 anos e alfabetizado. P. W. disse ter encontrado a vítima após ser agredida, vítima esta que era brasileira, 33 anos de idade, branca, casada, com instrução e doméstica. Esse processo acabou arquivado, pois ficou comprovado que o agressor A. S. sofria de alienação mental e já havia sido internado em um hospital psiquiátrico, apresentando quadro de psicopatia e oligofrenia, psicopatia considerada distúrbio mental grave que provoca comportamentos antissociais e amorais sem causar ressentimento ou remorso, além de dificuldade de convivência. Diante desse diagnóstico o assassino foi absolvido tendo sido expedido o alvará de soltura.

Esse talvez seja o caso mais grave, foi realizado por um desconhecido da vítima, não pode ser aplicada uma pena pois ficou comprovado que a mesma possuía problemas mentais que o faziam perder a noção da gravidade dos atos que estava cometendo. (p.13)

O sexto caso analisado é o de número BR.PRUNICENTRO.PB003.1/281.16 de 24/12/1948. A denúncia apresenta o marido chamado F. C. que ao chegar do trabalho bêbado, ameaçou a esposa C. C. com um tição aceso no rancho em que moravam. A mulher fugiu da casa com os filhos e se refugiou na casa de sua comadre P. F. d. S. onde passou a noite, se recusando a voltar para sua casa mesmo em companhia de outras pessoas, pois tinha medo do marido. Ocorreu que o rancho em que viviam pegou fogo. Talvez provocado pelo próprio tição usado para ameaçar a mulher. O marido morreu carbonizado no incêndio, pois a embriaguez o impossibilitou de fugir do local.

A esposa foi acusada por omissão de socorro, por ter se ausentado da casa deixando o marido sem condições de se proteger do fogo que começava a se espalhar pelo local. As testemunhas afirmaram que o marido sempre brigava com a esposa quando bebia e que fazia isso com frequência. Que em outras ocasiões já haviam se separado devido a essas dificuldades e também porque sua sogra passou a morar com o casal provocando desavenças.

O processo acabou arquivado.

Nesse caso específico, não foi a esposa quem procurou a polícia. O processo correu por conta do incêndio com existência de vítima. O corpo encontrado após o incêndio foi examinado pela polícia que comprovou ser o marido de C. C. A mulher, mesmo ameaçada e sendo obrigada a abandonar sua casa, foi indiciada por omissão de socorro, não sendo condenada devido à insuficiência de provas e depoimentos das testemunhas em seu favor, corroborando que o marido estava sempre alcoolizado e que nesse estado costumava ameaçar e agredir a esposa.

Nos casos analisados a presença da bebida associada à violência é comum, indicando que o hábito de ingerir bebidas alcoólicas ou até mesmo o alcoolismo era difundido naquela sociedade.

Observamos desde os casos considerados “mais simples” como o abandono do lar até tentativa de estupro e morte. É importante lembrar que o silêncio das vítimas ou de quem as cerca é muito perigoso evidenciando a importância da denúncia que deve ser feita sempre, independente do laço estabelecido com o agressor. A frase comum entre as feministas anos depois seria: “quem ama não mata”, deixando claro que nada justifica a violência, especialmente entre pessoas tão próximas como casais e familiares.

A violência contra essas mulheres, verificada nesses processos criminais, se deu nas décadas de 1930 e 1940, período no qual a sociedade brasileira mantinha as mulheres em condição subalterna e dependente de seus maridos. Além disso, as estruturas, tanto para julgar os homens violentos como para abrigar e proteger as mulheres ameaçadas ou vítimas de agressões, eram praticamente inexistentes.

Somente na década de 1980 surgiram as delegacias especializadas em receber denúncias de maus tratos e violência contra as mulheres, uma triste realidade cotidiana no Brasil. Ainda que tardiamente, também foram criadas leis que regulamentam e

punem esse tipo de violência, além de locais que recebem mulheres ameaçadas que não têm para onde ir. Esses mecanismos legais e institucionais são importantes, mas sua aplicação, fiscalização e cobertura ainda estão distantes de resolverem o problema da violência contra a mulher, especialmente aquela que ocorre dentro de casa.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos criminais, ainda que em número reduzido, permitiu observar que a violência atingindo as mulheres era uma realidade presente na sociedade malletense na primeira metade do século XX, especialmente se levarmos em conta que os processos envolvendo esse tipo de ocorrência eram numerosos, mesmo que muitos casos não chegassem a ser notificados à justiça. Observamos que a sociedade local era marcadamente rural e apresentava baixo grau de escolaridade, fato notado a partir das qualificações das pessoas envolvidas diretamente nas ocorrências e das testemunhas, sendo muitas delas analfabetas. Outro fator importante foi a presença de muitos imigrantes poloneses e ucranianos e seus descendentes, muitos deles pouco ou nada fluentes em português, sendo necessária a presença de um intérprete para a tomada dos depoimentos. Afinal, Mallet surgiu a partir de uma colônia de imigrantes dessas etnias.

Nota-se que apesar do conservadorismo presente nessa sociedade interiorana e católica isso não impediu que algumas mulheres denunciasses as agressões sofridas, mesmo quando o agressor era seu próprio marido o que pode ser considerado como um ato de coragem.

Tais casos de violência contra as mulheres ocorriam tanto na área rural quanto na urbana, muitos deles registrados em processos não analisados nesta pesquisa.

Atualmente, a violência contra as mulheres no Brasil ainda é altíssima.

Apesar dos avanços obtidos com a criação de leis e movimentos que visam inibir esse tipo de abuso. Se faz indispensável combater e divulgar esses acontecimentos e que os órgãos que recebem essas denúncias sejam capacitados para atender as necessidades das mulheres que os procuram para garantir, segundo prevê a Lei Maria da Penha, no 2º artigo, o que julga indispensável: toda mulher, independente da classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade, religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Que isso se torne realidade plenamente, mas ainda há muito a ser feito.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- BAJER, P. **Processo penal e cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.
- DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GINZBURG, C. O inquisidor como antropólogo. In: **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GROSSI, M. P. . Enfoque de Gênero na História Social. **Revista Estudos Feministas**. (UFSC. Impresso), v. 1, n.1, p. 215-216, 1993.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- PEDRO, C. B.; GUEDES. O. de S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY, C. B. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000500014 , acesso em 15/04/2015.
- SILVA, M. B. N. da. **Cultura no Brasil colônia**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- SILVA, M. V. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.
- Significado da Violência. disponível em: <http://www.significados.com.br/violencia/> , acesso em 11/08/2015.
- TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- VELLASCO, I. A. **As seduções da ordem**: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século XIX. Bauru: EDUSC, 2004.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.